**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

CURSO DE PEDAGOGIA

ISAURA ALVES COUTINHO NETA

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO COMBATE À INTOLERÂNCIA CONTRA AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NAS ESCOLAS**

GOIÂNIA

2022

ISAURA ALVES COUTINHO NETA

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO COMBATE À INTOLERÂNCIA CONTRA AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NAS ESCOLAS**

Trabalho apresentado como Avaliação Final da Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob orientação da Prof.ª Dra. Daniela Rodrigues de Sousa.

GOIÂNIA

2022

ISAURA ALVES COUTINHO NETA

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO COMBATE À INTOLERÂNCIA CONTRA AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NAS ESCOLAS**

Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Prof.ª Orientadora: Dr.ª Daniela Rodrigues de Sousa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Prof.ª. Convidada: Leila Fraga \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

 Nota Final: \_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Goiânia, \_\_\_/\_\_\_/2022

*Dedico essa monografia a minha mãe, Maria Bernadete da Silva Cremers e ao meu pai Gerardus Hendrikus Maria Cremers (in memorian) que me ajudaram e me incentivaram a sempre estudar.*

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus e toda a espiritualidade,

a minha mãe que me proporcionou um estudo de qualidade,

a comunidade do meu terreiro, principalmente meus pais de Santo Lucaia de Oxalá e Araketu de Xangô do Ilê Axé Xangô Maria de Nazaré, pois se não fosse esse terreiro e eles eu não estaria nessa religião atualmente. E ao meu irmão Renato da Silva Cremers que me apresentou a religião.

a minha orientadora Daniela Rodrigues de Sousa, que sempre me ajudou e me ajuda muito, além de ser minha professora é uma amiga e

à professora Leila Miguel Fraga que, generosamente, aceitou ser a leitora deste trabalho.

*Oi salve a umbanda, vamos saudar.*

*As sete linhas dos orixás*

*Na natureza sete são as vibrações*

*Que pai Olorum criou e aqui estão neste congá*

*Na linha da sagrada geração*

*Pai Omulu e também Iemanjá*

*Lá na floresta, a força do conhecimento*

*Saravá meu pai Oxóssi, saravá pra mãe Obá*

*Quem movimenta é Iansã*

*Pelos caminhos do pai Ogum*

*Linha da lei é linha forte nas demandas*

*Saravá pra lei da umbanda*

*Saravá pra lei maior*

*Na força de Xangô e Oroiná*

*Tem a justiça que vem tudo equilibrar*

*Na evolução, quem rege é Obaluaê*

*Que traz todo o seu saber junto com a mamãe Nanã*

*A cachoeira é de Oxum*

*E o arco-íris de Oxumaré*

*Que são a linha do amor do pai Olorum*

*Que ilumina cada um e engrandece a nossa fé*

*Salve a umbanda, salve as sete vibrações*

*São sete cores na coroa de Babá*

*Mãe Logunã é a mãe do tempo e da fé*

*E o regente da umbanda é o nosso pai Oxalá!*

*Salve as sete linhas da umbanda*

Sumário

[RESUMO 8](#_Toc104457336)

[INTRODUÇÃO 9](#_Toc104457337)

[Capítulo 1 10](#_Toc104457338)

[O VÍNCULO ENTRE RACISMO E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA 10](#_Toc104457339)

[1.1 Analisando conceitos importantes para a compreensão do objeto de estudo 11](#_Toc104457340)

[1.2 A intolerância religiosa 18](#_Toc104457341)

[1.3 A intolerância religiosa na escola 23](#_Toc104457342)

[Capítulo 2 27](#_Toc104457343)

[POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO 27](#_Toc104457344)

[2.1 Políticas públicas que tratam das questões étnico-raciais 28](#_Toc104457345)

[2. 2 A intolerância religiosa que existe apesar das políticas públicas 32](#_Toc104457346)

[2.3 O papel da educação no combate à intolerância religiosa 33](#_Toc104457347)

[CONSIDERAÇÕES FINAIS 36](#_Toc104457348)

[REFERÊNCIAS 36](#_Toc104457349)

# RESUMO

O presente estudo trata da intolerância religiosa. Objetivamos investigar a importância de conhecer a origem da intolerância em relação às religiões de matriz africana e como a estrutura da escola, os professores e os alunos podem contribuir para o fim do preconceito, do racismo e da prática da intolerância religiosa. Realizamos uma pesquisa qualitativa bibliográfica. No capítulo 1 tratamos de conceitos importantes para compreender a relação entre racismo e intolerância religiosa. Os principais autores utilizados foram: Gomes (2005), Von Hunty (2021), Buonicore (2005), Santos *et al* (2010), Prado (2018), Crochik (1996), Vianna (2001), Santos (2005), Nogueira (2020), Cavalleiro (2005, 2006), Souza *et al* (2016),Racoski, Silva (2020). No capítulo 2 analisamos algumas políticas públicas e educacionais que tratam de questões étnico-raciais. As principais políticas analisadas foram: Constituição de 1988, a Lei 10.639/2003, a Lei 12.711/2012, conhecida como a lei de cotas. Consideramos ainda de que forma a escola pode combater a intolerância religiosa nas escolas. Os principais autores utilizados foram: Racoski e Silva (2020) e Cavalleiro (2005, 2006). Como principais achados da pesquisa temos que o capitalismo é a grande causa para que haja a manutenção do racismo nos tempos atuais, pois a sua estrutura, cuja semente se encontra no período colonial, se sustenta no atual modo de produção que se baseia na exploração de uma classe sobre a outra. Temos ainda que a intolerância religiosa é um preconceito contra a crença de um grupo religioso, e, no Brasil, é mais recorrente com as religiões de matriz africana. A educação pode atuar no combate da intolerância religiosa a partir de uma educação antirracista. O papel da educação é ajudar e guiar para que toda diversidade seja compreendia.

Palavras-chave: Intolerância religiosa. Racismo. Educação.

# INTRODUÇÃO

A importância de estudar a Intolerância religiosa para mim, como umbandista, é, além de trazer importantes reflexões para a educação, disponibilizar informações para as pessoas, pois quanto mais houver conscientização, menos preconceito haverá. E é de suma importância este estudo, visto que a intolerância faz com que os praticantes da religião se sintam invisibilidados e a amedrontados.

O preconceito contra as religiões de matriz africana é recorrente no Brasil e é fundamental conhecer a origem dessa intolerância.

O trabalho se desenvolveu a partir de algumas questões norteadoras, quais sejam: O que é intolerância religiosa e como ela se manifesta na escola? Existe vínculo entre o racismo estrutural e a intolerância religiosa? Quais as políticas públicas educacionais que abordam as relações étnico-raciais? Qual o papel da educação no combate à intolerância religiosa?

Os objetivos da pesquisa foram: Compreender o preconceito racial desenvolvido historicamente e sua relação com a intolerância religiosa dirigida às religiões de matriz africana; compreender os documentos oficiais que abordam as relações étnico-raciais na Educação Básica e investigar formas de combater a intolerância religiosa dentro e fora das escolas.

Realizamos uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico.

No primeiro capítulo estudamos sobre a intolerância religiosa, sua origem e alguns conceitos que fortalecem e ajudam a compreender o preconceito contra as religiões de matriz africana. Vimos também o quanto o preconceito religioso está ligado com o racismo, como isso atinge de forma negativa as pessoas da religião, de que forma isso pode atrapalhá-las a praticarem a sua fé, como o preconceito está em nossa sociedade e como atua dentro das religiões de matrizes africanas, como o candomblé e a umbanda. No primeiro capítulo, vimos também que o racismo é o pilar da intolerância religiosa.

Os principais autores utilizados foram: Gomes (2005), Von Hunty (2021), Buonicore (2005), Prado (2018), Crochik (1996), Vianna (2001), Santos *et al* (2010), Nogueira (2020), Cavalleiro (2005, 2006), Santos (2005), Souza *et al* (2016), Racoscki e Silva (2020).

No segundo capítulo analisamos algumas políticas públicas: a Constituição de 1988 que representa um momento de redemocratização, ampliação da liberdade, fim da censura, conquistas de direitos e garantias. É a Constituição que criminaliza o racismo e o preconceito. Analisamos também a Lei 10.639/2003 que determina a obrigatoriedade do ensino sobre a história da África no ensino fundamental e médio e inclui no calendário o dia 20 de novembro como o "Dia Nacional da Consciência Negra". Esta lei de 2003 é muito importante pois coloca a cultura africana e afrodescendente como pauta de discussão nas escolas, reconhecendo as lutas antirracistas e dos movimentos negros. E ainda analisamos a Lei 12.711/2012, também conhecida como lei de cotas, que assegurou que 50 por cento das vagas em instituições federais de ensino superior fossem destinadas a alunos que vieram de escola pública, negros, indígenas e quilombolas.

Ainda no segundo capítulo tratamos da intolerância religiosa na escola e como a educação pode atuar no seu combate.

As principais conclusões deste estudo são: o capitalismo é a grande causa para que haja a manutenção do racismo nos tempos atuais, pois a sua estrutura, cuja semente se encontra no período colonial, se sustenta no atual modo de produção que se baseia na exploração de uma classe sobre a outra.

O racismo é a grande causa da intolerância com as religiões de matriz africana, ele tenta excluir tudo que vem da cultura dos africanos, tenta fazer o apagamento da religião e principalmente de toda a ancestralidade, do legado dos antepassados, das tradições dos povos negros

O racismo está nas escolas, nelas encontramos o mito da democracia racial. A existência do racismo é negada e não se reconhece o quão prejudicial isso pode ser para as crianças/os alunos negros quando atitudes racistas são invisibilizadas.

Nas escolas, encontramos o racismo nas atitudes das pessoas, no currículo e material didático que, apesar da Lei 10.639/2003, ainda exclui a história da África e do povo africano e afro-brasileiro, privilegiando a cultura europeia.

A intolerância religiosa é um preconceito contra a crença de um grupo religioso, e, no Brasil, é mais recorrente com as religiões de matriz africana, ela evidencia as agressões e o preconceito que o povo negro sofre.

Concluímos que a educação pode atuar no combate à intolerância religiosa a partir de mudanças de postura e de um ensino que lide com a diversidade sociocultural e ensine as crianças a conviver com as diferenças, respeitando-as. A mudança passa necessariamente pela mudança de currículo e pela formação dos professores. O papel da educação é ajudar e guiar para que a diversidade seja aceita e para que a escola seja um lugar livre e democrático para as crianças trocarem suas experiências.

Capítulo 1

# O VÍNCULO ENTRE RACISMO E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

*Meu cativeiro, meu “cativerá”*

*Eu choro no meu cativeiro*

*Meu cativeiro, meu “cativerá”*

*Eu choro no meu cativeiro*

*No tempo da escravidão*

*Preto Velho muito trabalhou*

*Mas não tinha o que pensar*

*Levava problemas para o senhor*

 *E quando chegava à tardinha*

*Preto Velho batia tambor*

*E quando chegava à tardinha*

*Preto Velho batia tambor*

*Depois ia para a senzala*

*Sarava Ogum, sarava pai Xangô*

(Preto Velho, meu cativeiro)

Neste capítulo estudaremos sobre a intolerância religiosa e sua origem, quais os conceitos que fortalecem e ajudam a compreender o preconceito contra as religiões de matriz africana. Veremos também o quanto o preconceito religioso está ligado com o racismo, como isso atinge de forma negativa as pessoas da religião, de que forma isso pode atrapalhá-las a praticarem a sua fé, como o preconceito está em nossa sociedade e como atua dentro das religiões de matrizes africanas, como o candomblé e umbanda.

A intolerância religiosa e o racismo estão interligados, pois as religiões de matriz africana vêm dos povos africanos, negros, as entidades são negras, os orixás também, os pontos cantados falam dos negros, assim como são negras grande parte das pessoas que praticam essas religiões. Além do preconceito com o sobrenatural, tem uma forte dominância do racismo.

O racismo é o pilar da intolerância religiosa, tudo que está fora do colonialismo e que está ligado a cultura não europeia é discriminado. Essas religiões se tornaram mais fortes através dos escravos, que as praticavam escondidos, e já naquela época eram alvo de intolerância religiosa.

Os negros sofrem racismo no Brasil por serem vítimas de uma sociedade preconceituosa e racista, que os coloca em situação de desigualdade, por achar que eles são inferiores aos brancos.

# Analisando conceitos importantes para a compreensão do objeto de estudo

Neste item, abordaremos sobre alguns conceitos, para compreendermos melhor a intolerância em relação às religiões de matriz africana.

Começaremos abordando sobre a **identidade negra**, ela traz consigo toda a trajetória da população negra no nosso país, ou seja, a escravidão com toda a sua crueldade e incoerência. Os negros foram privados de viver no seu continente, com sua família, na sua cultura. Historicamente, a identidade negra se fortalece gradativamente por meio de movimentos sociais e indivíduos engajados em defender o valor e a cultura dos negros, ela é entendida como construção social, histórica, cultural, fala sobre representatividade, sobre o olhar de si mesmo a partir da relação com o outro. Desenvolver a identidade negra é se conhecer e saber sobre sua história (GOMES, 2005).

O **preconceito** é um conceito pré-julgado, é um ato de hostilizar algo ou alguém, seja pela cor da pele, o tipo de cabelo, o jeito de andar e falar, a religião. Quem é preconceituoso, o é contra outros povos e outras culturas, realiza um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial ou de uma etnia. O preconceito

Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro (GOMES, 2005, p. 54).

Dessa forma, o preconceito como atitude não é inato, ele é aprendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a ser preconceituosa. Na sociedade na qual ela está inserida, ela vai ouvindo certos comentários e percebendo certas atitudes sobre determinados assuntos e começa a reproduzi-los.

 As crianças começam a ver a maldade a partir do momento que convivem com pessoas preconceituosas. Sendo assim, pode-se considerar que os primeiros julgamentos raciais apresentados pelas crianças são frutos do seu contato com o mundo adulto. E quando esta criança está convivendo e ouvindo atitudes preconceituosas ela vai aprendendo e reproduzindo, e isso dentro dela começa a representar um grande pré-julgamento contra os negros, índios, homossexuais, religiões e qualquer outra coisa que seja diferente do que ela vive e escuta.

"A perpetuação do preconceito racial em nosso país revela a existência de um sistema social racista que possui mecanismos para operar as desigualdades raciais dentro da sociedade, que são chamados de racismo estrutural’’ (GOMES, 2005, p. 55).

 O **racismo estrutural** vem de um sistema que foi moldado há muito tempo, e que até hoje não foi quebrado, podemos percebê-lo inserido em nossa sociedade através das opressões, exclusões e desigualdades entre brancos e negros. Essas desigualdades são visíveis. A maior parte da população carcerária é negra, há diferença entre o índice de estudantes negros dentro de escolas particulares e públicas, em empresas que lidam diretamente com o publico, e até mesmo entre profissionais. Os negros estão em situação de desigualdade por não terem acesso a algumas oportunidades, se comparamos com o acesso possibilitado aos brancos (GOMES, 2005)

Alguns dados do IBGE deixam claro este argumento: na representação política, em 2018, 75,6% das pessoas eram brancas e 24, 4% eram pretas ou pardas. A taxa de homicídio em relação a jovens negros, em 2017, corresponde a 78,9%, ou seja, a grande parte da violência é contra os jovens negros. Dos jovens entre 14 e 29 anos que deixaram de frequentar a escola sem terem finalizado a Educação Básica, 71,7% são pretos ou pardos.

A violência é mais recorrente com os negros, no total, 61,6% das prisões injustas acometem pessoas negras, e em 2019, foram registrados 2.722 casos de intolerância religiosa contra as religiões de origem africana, uma média de 50 casos por mês. Esses são dados que deixam claro a desigualdade racial. Outros dados que nos são apresentados são algumas leis citadas por Von Hunty (2021), algumas leis, especificamente, discriminavam socialmente os escravos, como a que os proibiam de terem terras - Lei n° 601, de 18 de setembro de 1850) (*apud* VON HUNTY, 2021), e a que os proibiam de frequentar escolas - Lei n°1 ,14 de janeiro de 1837 (*apud* VON HUNTY). Essas leis nos mostram como eles eram excluídos formalmente dos direitos sociais.

 Segundo Buonicore "O preconceito contra outros povos e outras culturas é tão antigo quanto a própria humanidade. Os gregos, por exemplo, consideravam bárbaros (ou seja, inferiores) todos aqueles que não pertenciam a sua cultura e nem falavam sua língua” (2005, p. 01). Quando falamos que o preconceito é motivado pela origem étnico-racial e a cor da pele de uma pessoa, chamamos de racismo.

 O racismo é um preconceito que se expressa através de violências verbais, físicas, causa mortes, perseguições, prisões injustas e exclusões sociais. É cometido por um grupo de pessoas se achar superior ao outro grupo, e não só se achar melhor, existem pessoas que possuem até mesmo ódio de quem é diferente.

 Segundo o texto *Educação anti-racista,* o racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo etc. Ele é, por outro lado, um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. ‘’O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira’’ (GOMES, 2005, p. 52), ou seja, essas pessoas praticam o racismo por se acharem superiores e por acreditarem que sua etnia seja superior. O racismo acontece diariamente, seja na rua, ou em local de estudo e trabalho, as pessoas são humilhadas e chamadas por nomes pejorativos. Acontece também por exclusão, em alguns bairros, escolas, restaurantes entre outros, pois falta o reconhecimento de que essas pessoas possam ter acesso para que eles estejam nesses ambientes. Sobre as práticas racistas, é importante observar que

Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos, tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada (GOMES, 2005, p. 53).

O termo **raça** é um conceito da biologia, biologicamente, somos todos *homo sapiens*, ou seja, é equivocado dizer que dentro da espécie humana exista um grupo que seja biologicamente superior, ou uma inferior a outra. Frequentemente esse termo é usado dessa forma errônea, inclusive, de forma preconceituosa. Dizemos que é usado de forma preconceituosa porque, automaticamente já está excluindo o próximo, diante disso, é errado dizer que os seres humanos são de raças diferentes.

‘’O termo raça tem uma variedade de definições geralmente utilizadas para descrever um grupo de pessoas que compartilham certas características morfológicas’’ (SANTOS *et al*, 2010, p.122).

O termo raça é usado em um tom preconceituoso e remete a uma exclusão, querendo separar pessoas brancas de pessoas negras e, mesmo possuindo diferenças, somos todos seres humanos. Ainda é um termo bastante usado no cotidiano e muitas vezes as pessoas o reproduzem sem compreender se o contexto será ofensivo ou não. O conceito de raça é um conceito sócio-histórico criado a partir do final do século XV para a opressão de povos desconhecidos, e dizer que esta se usando este conceito como sinônimo de cultura e não no termo biológico é errado.

O vocábulo **etnia** refere-se ao campo cultural, seja a língua falada, o sotaque, a religião, as tradições, os costumes, e entre outros. Segundo Gomes

A etnia é o outro termo ou conceito usado para se referir ao pertencimento ancestral e étnico/racial dos negros e outros grupos em nossa sociedade (...) A diversidade cultural está presente em todas as sociedades e a questão racial brasileira localiza-se dentro do amplo e complexo campo da diversidade cultural (GOMES, 2005, p. 50).

Ou seja, a palavra etnia está totalmente ligada à relação da cultura de determinado povo, é usada para falar sobre a ancestralidade dos negros, e é de suma importância entendermos esses conceitos e a diferença entre eles, para que possamos usar da forma certa e ter o conhecimento sobre a cultura e a ancestralidade dos negros, para que haja respeito.

Outro vocábulo bastante importante para nossa melhor compreensão da temática em discussão é o **etnocentrismo**, que pactua com o racismo, mas não são a mesma coisa, o etnocentrismo é um termo que indica superioridade de uma cultura em relação à outra. Uma pessoa que seja etnocêntrica acha que sua cultura e seus valores são melhores do que os outros.

De acordo com Gomes (2005, p. 53), etnocentrismo “Consiste em postular indevidamente como valores universais os valores próprios da sociedade e da cultura a que o indivíduo pertence. Ele parte de um particular que se esforça em generalizar e deve, a todo custo, ser encontrado na cultura do outro’’, dessa forma, uma pessoa de uma etnia faz discriminação com as etnias dos outros.

Já de acordo com a antropologia, o termo etnocentrismo é um fenômeno que nos leva a considerar a nossa própria cultura como medida de todas as outras. Segundo Herskovits (1999), o etnocentrismo não é exclusivo de uma determinada época ou sociedade. É ele o processo inicial endoculturação (endo = dentro, que equivale dizer ser o processo educativo dentro da cultura na qual cada indivíduo seja educado.). É um sentimento conatural a maior parte dos indivíduos expressa ou não. Opera em favor do ajuste individual e da interação social, serve para o fortalecimento do ego da identificação com o próprio grupo, sendo prejudicial apenas quando exacerbado, quando revestido de um caráter colonizador.

A **democracia racial** é um conceito que nega o racismo, a desigualdade social. É uma falsa ideologia que compactua mais ainda com o racismo, pois as pessoas não enxergam o racismo e agem como se ele não existisse. Portanto, a democracia racial é uma

Corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial (GOMES, 2005, p. 57).

A gravidade desse conceito é que se a sociedade acreditar que vivemos em uma igualdade, e que o racismo não existe, estaremos aumentando cada vez mais a quantidade de preconceito, e reforçando-o cada vez mais, e com isso aumentando a desigualdade sociocultural, não podemos fechar os olhos e fingir que isso não existe, pois estaremos reforçando o racismo estrutural e excluindo os negros cada vez mais, e as colocando em uma posição de exclusão e invisibilidade.

O mito da democracia racial é um ponto importante que a autora traz em seu texto

o mito da democracia racial elege alguns negros “bem-sucedidos” para reforçar sua lógica perversa. Sendo assim, é muito comum ouvirmos no Brasil (ou até mesmo proferirmos nós mesmos) que no Brasil não existe racismo e desigualdade racial, pois caso contrário alguns negros(as) nunca teriam ascendido socialmente (GOMES, 2005, p. 57).

Justificar que o racismo não existe porque tem uma ou outra pessoa negra em situação de exceção reforça o preconceito, visto que a grande parte dos negros não possui acesso a privilégios.

O capitalismo é a grande causa para que haja a manutenção do racismo nos tempos atuais, pois a sua estrutura, cuja semente se encontra no período colonial, se sustenta no atual modo de produção.

''O estudo do racismo estrutural não pode ser feito de forma dissociada da análise do capitalismo'' (PRADO, 2018, p. 186). O capitalismo se sustenta na divisão de classes: uma dominante e outra dominada. Por questões históricas, os brancos permanecem no poder, têm mais acesso aos privilégios, o desemprego afeta mais a população negra, colocando-a em trabalhos informais com baixa remuneração, sendo a maioria populacional residente em favelas ou em condições ruins, eles não possuem acesso a certos tipos de trabalhos, ou melhores salários, porque o estado não lhes oferece acesso.

Durante o escravismo colonial, os negros eram vistos como mercadorias, os escravos eram uma propriedade de seu dono que os colocava como “coisa”, objeto. Eles não podiam exercer sua liberdade, seu idioma, sua religião, sua cultura.

Os povos afrodescendentes e os afro-brasileiros são a grande maioria em número de população aqui no Brasil, segundo o IBGE a população declarada de cor branca, em 2019, representava 42,7%, sendo os demais pretos ou pardos. Desde o período colonial até os tempos atuais, persiste a situação de desigualdade. Podemos observar que os negros estão em desigualdade social, e que o número de professores, políticos, policiais, médicos, engenheiros entre outros profissionais liberais, em sua maioria são brancos. E segundo Crochik (1996), o capitalismo faz com que os preconceitos aumentem e se reproduzam.

 O estereótipo é um pré-conceito, é uma forma generalizada desenvolvida por meio de opiniões e ideias através do senso comum, geralmente de uma forma preconceituosa. Um indivíduo preconceituoso, sente ódio de um grupo, ele é contra tudo que este grupo faz, a pessoa que pratica a discriminação faz o ato não por conta de uma questão individual, mas sim uma questão histórica, ou seja, não importa o que o outro faça, ele terá preconceito. Um exemplo de estereótipo com a religião africana é que acreditam que os praticantes das religiões de matriz africana só fazem maldade e são um povo ruim. Outro exemplo, é o de que todo negro seja ladrão. Normalmente, estereótipo é usado de uma forma pejorativa. Esses atos são acompanhados de hostilidades, estranhamento, julgamento.

Existem várias formas de estereótipo, sejam elas com relação a questão estética ou até mesmo cultural, como por exemplo, em relação aos nordestinos. A mídia ajuda bastante na reprodução desses estereótipos, mas antes da influência das mídias já existiam estereótipos.

O racismo brasileiro tem suas raízes no processo de colonização, quando os negros vieram para o Brasil como povo escravizado. ‘’A divisão da sociedade em classes no escravismo colonial era, ao mesmo tempo, uma divisão racial, já que os escravos eram negros e os senhores de escravos eram brancos (VIANNA, 2001, p. 27)’’. E é uma "herança" do passado pré-capitalista. Pode-se identificar que o capitalismo é um modelo que faz com que a quantidade de preconceito aumente, ele surge com uma sociedade baseada na exploração da classe mais pobre. Em seu texto, Vianna diz: “Os dominadores europeus sentiam necessidade de justificar para si mesmos as condições subumanas e a exploração sistemática efetuada por eles sobre os escravos negros” (VIANNA, 2001, p.26).

Atualmente, carregamos uma herança desse tempo da escravidão, no qual, todo o trabalho era feito através de exploração que beneficiou os brancos. Essa exploração continua, mas de outra forma, como por exemplo, tendo em vista a desigualdade, a pouca oportunidade e a diferenciação salarial que atinge a população negra. Hoje em dia, pode-se perceber que a exploração permanece, agora de uma forma mais ‘’velada’’. Apesar de serem livres, os negros não possuem as mesmas chances de se manterem em igualdade. O colonizador, ou seja, o ancestral do homem branco, se sustenta no estereotipo para estruturar a colonização e justificar sua intervenção, pois, por meio da propagação dessa ideologia de "superioridade" do branco, sua ação é vista como benefício, e não como violência, o que resultou na alienação colonial na sociedade em que vivemos. Algo semelhante ocorre no capitalismo,

As sociedades capitalistas contemporâneas são formadas por classes sociais antagônicas e vivem em uma permanente guerra civil oculta. Por conseguinte, é necessário reconhecer que a ideologia racista também se fundamenta nas contradições do capitalismo, ou seja, luta de classes. A estratégia do ‘dividir para conquistar’ é adotada eficazmente pela classe dominante desde que Maquiavel escreveu *O príncipe (*VIANNA, 2001, p. 28*).*

Vimos que a abolição da escravatura não trouxe condições de igualdade para pessoas negras e pardas, pois o capitalismo necessita de uma classe subalterna para continuar se reproduzindo.

# 1.2 A intolerância religiosa

A intolerância religiosa é um tipo de preconceito contra a crença de um grupo religioso, e, no Brasil, é mais recorrente com as religiões de matriz africana. Essa intolerância acontece através de difamação, demonização contra o exu[[1]](#footnote-1), exclusão social, destruição dos templos, propriedades, símbolos e imagens. As pessoas destas religiões se sentem acuadas ao praticarem sua fé. As religiões africanas sofrem ataques, em média de 50 casos por mês. Nestes episódios, terreiros são queimados e o seu sagrado é visto como algo ruim. Este fato está totalmente ligado à discriminação racial que está presente no dia a dia do nosso país. Os negros, no tempo em que foram escravos, faziam suas louvações ao sagrado em silêncio, pois, ali mesmo, sofreriam intolerância religiosa, e até hoje, mesmo após a abolição escravidão ter acabado. O preconceito racial continua e a intolerância religiosa segue aumentando, causando consequências danosas na vida dessas pessoas, para que elas possam louvar o seu sagrado e ter a sua fé respeitada.

Um professor e também pai de santo, chamado Sidinei Nogueira, escreveu um livro que se chama *Intolerância religiosa: Femininos Plurais*, e ele diz que, ‘’a incitação à intolerância, sobretudo em relação às religiões de matrizes africanas, parte de discursos proferidos por pastores, padres e até autoridades políticas’’ (2020, p. 35), o que acontece bastante, pois até nas igrejas se fala mal das religiões de origem africana, dizendo falsos conceitos e ligando-as a algo ruim, demonizando-as, com isso os seus fiéis compartilham dessas falas e passam a reproduzi-las, compactuando com o preconceito.

A intolerância religiosa vem muito do racismo e do preconceito diante dos negros, não é nem pelo sobrenatural, pois o kardecismo[[2]](#footnote-2) não sofre metade da discriminação que a umbanda e candomblé sofrem, pois, grande parte dos espiritas kardecistas são brancos e de nível econômico mais elevado, e é uma religião de origem europeia, sendo seu fundador, Allan Kardec, um branco de origem francesa.

A intolerância religiosa é muito grave, além dos terreiros serem destruídos, os praticantes não se sentem seguros de usar uma guia, ou algum objeto referente a religião, ou até mesmo sair vestido de santo nas ruas, pois possuem medo de serem julgados, sofrerem preconceito e até violência física. Um exemplo que ocorrido recentemente: um homem estava indo para o terreiro em um setor em Goiânia, e uns homens o perseguiram e começaram a falar palavras ofensivas ligadas a religião e, quando ele foi prestar queixa, o delegado disse que ele mexia com “coisas erradas” e que ele deveria ir a uma igreja (G1, 2022) Ou seja, o moço sofreu duas discriminações por estar com o traje do santo.

Nogueira comenta em seu texto que

Templos são invadidos e profanados. Em outros casos, há agressões verbais, destruição de imagens sacras e até ataques incendiários ou tentativas de homicídio. O cenário preocupa adeptos de diversas religiões e, em pelo menos oito estados, o Ministério Público investiga ocorrências recentes de intolerância. Entre janeiro de 2015 e o primeiro semestre de 2019, o Brasil registrou uma denúncia a cada 15 horas, conforme dados do extinto Ministério dos Direitos Humanos (NOGUEIRA, 2020, p. 36).

 Outros dados que o autor comenta estão no livro *Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro*, organizado pelas pesquisadoras Denise Pini Rosalem da Fonseca e Sonia Maria Giacomini (*apud* NOGUEIRA,2020), o estudo das autoras

revela o dramático problema enfrentado pelos fiéis das religiões afro-brasileiras: de 840 terreiros pesquisados, 430 (cerca de 51%) já passaram por alguma forma de agressão. Os números do estudo realizado no Rio de Janeiro revelam que 430 casas sofreram alguma “discriminação religiosa”. É importante notar também os locais das agressões – públicos (57%) e notadamente a rua (67%) –, os tipos de agressão – verbal (70%) e física (21%) –, os agressores – evangélicos (39%); vizinhos (27%) – e os tipos de alvo – a pessoa (60%) e a casa (29%). A referida pesquisa demonstrou que a qualificação “evangélico” corresponde a 32% da incidência dos casos, o que representa o primeiro lugar entre agentes agressores e/ou discriminadores. Já os “vizinhos” representam cerca de 27%, e os “vizinhos evangélicos” ocuparam a terceira posição dos agressores, em torno de 7%. O estudo revelou também que os constantes ataques aos seguidores das religiões afro-brasileiras não se restringem apenas aos terreiros, mas também a espaços públicos, como praças, estações de metrô e ruas, configurando uma violência religiosa cotidiana. Ainda segundo Fonseca e Giacomini (2013), de 393 casos de agressões fora dos terreiros, 225 (57%) ocorreram em espaços públicos (*apud* NOGUEIRA, 2020, p.36).

 Esses dados que Nogueira traz de outros autores colocam em números as violências que a intolerância religiosa pode causar (e causa) diariamente com os umbandistas e candomblecistas.

Nogueira afirma que

em 2018, por exemplo, das 506 denúncias, pelo menos 400 seriam referentes às perseguições. É importante destacar que os dados de 2018 evidenciam que, das 506 denúncias, 30% (152) das vítimas são adeptos de umbanda, candomblé ou religiões de matriz africana; 1,97% (10), católicas; e 11,6% (59), evangélicas e protestantes. Do total, 51% (261) não especifica qual a religião (NOGUEIRA, 2020, p. 41).

Ou seja, dados revelam que a religião que mais possui adeptos é a católica, eles quase não são perseguidos, já os evangélicos e protestantes sofrem cerca de 10% das perseguições. No entanto, os adeptos de umbanda, candomblé e religiões afins são alvo de 30% das perseguições. Devido a essas porcentagens, fica evidente a quantidade de intolerância religiosa e racismo religioso que as religiões de matriz africana sofrem (NOGUEIRA, 2020).

As religiões de matriz africana, no geral, não são citadas nas escolas, as crianças não possuem acesso a livros, histórias que falam da África, ou dos orixás, falta representatividade para as crianças que são dessas religiões dentro das escolas, e por sofrerem com a intolerância, elas acabam escondendo sua fé, os praticantes das religiões de origem africana acabam se tornando invisíveis, por medo e até mesmo vergonha de expor sua religião e desmitificar os falsos conceitos relativos a ela.

Desde 2003, no ensino fundamental e médio passa a ser obrigatório o ensino sobre a cultura afro brasileira e no calendário escolar passa a ser incluído o dia 20 de novembro como o "Dia Nacional da Consciência Negra", porém a lei não é atendida em grande parte das instituições educativas[[3]](#footnote-3).

Um dado bastante importante que Nogueira (2020) traz é sobre a falta de alunos e professores da religião de matriz africana. Em uma escola em São Paulo ele entrevistou 315 alunos e 59 professores (374 informantes) e notou a ausência quase total de alunos e professores pertencentes às religiões de matriz africana, exceto por um frequentador da Escola Estadual João XXIII. Grande parte dos alunos e professores são católicos, o que nos faz pensar sobre a exclusão e falta de representatividade, pelo apagamento gerado pelo preconceito racial e religioso, muitas vezes as pessoas possuem vontade de ser da religião, ou de mostrar que são, mas como sabem do preconceito, ficam com medo e escondem.

Embora a intolerância religiosa seja algo que possa ocorrer com todas as religiões, as que mais sofrem são as de matrizes africanas. A luta por mostrar e desmitificar o que já está tão enraizado na sociedade sobre os falsos conceitos é constante, e fica ainda mais difícil com o apagamento da religião. O apagamento da religião é quando os praticantes são silenciados, ela é invisibilizada por medo.

O estado se diz laico, mas a religião predominante, segundo declaração dos próprios brasileiros (EXTRA, 2020, *online)*, é o catolicismo, pode-se ver que quando alguém está ouvindo louvor em lugar público, ou ouvindo o sermão de um padre ou pastor, é considerado como algo normal e é respeitado, agora quando é um ponto (oração em forma de música que prepara o ambiente para uma entidade) que está sendo cantado, as pessoas acham ruim ou ficam olhando com desconfiança.

Faltam condições para que diferentes religiões possam conviver em harmonia e respeito, contribui com isso a ignorância e falta de conhecimento de muitos. A falta de diálogo entre os praticantes das diversas religiões também impede que o preconceito seja quebrado. Se todos fossem ouvidos e tivessem o direito de conversar sobre sua religião, assim haveria respeito e já seria um grande passo.

A luta é gigante porque o silenciamento se dá também por conta do racismo. Agora, o racismo extrapola a cor da pele dos praticantes e invade as origens da prática sagrada por conta de sua estigmatizada origem africana-preta-ancestral (NOGUEIRA, 2020, p. 45).

O racismo é a grande causa da intolerância com as religiões de matrizes africanas. Ele tenta excluir tudo que vem da cultura dos africanos, tenta fazer o apagamento da religião e principalmente de toda a ancestralidade, o legado dos antepassados, as tradições dos povos negros. Nogueira coloca em seu livro uma fala da iyalode Marisa de Oyá do Ilê Axé Oyá Mesán Orun sobre o racismo que está por trás da intolerância:

Cria-se o Racismo Religioso, para mais uma vez atacar e tentar enfraquecer essa Raça de pele escura, tão forte e tão bela, que não se curva e nem esmorece. A violência e a depredação aos terreiros nada mais é que racismo e eliminação de um povo, que foi escravizado, e resiste até hoje através de suas Ancestralidades. Não vamos cair. Somos mais fortes (ORUN *apud* NOGUEIRA, 2020, p. 46).

A intolerância religiosa evidencia as agressões e o preconceito que o povo negro sofre, a religião é um símbolo de luta, de ancestralidade, de resgate das origens e principalmente de louvor às entidades e aos orixás que são negros.

O Racismo Religioso vai muito além do que desqualificar uma crença ele é vil, danoso, porque sabota, ou pelo menos tenta sabotar, o que um povo tem de mais sagrado e escolheu para sua fé, e no nosso caso vem acompanhado daquilo que é considerado marginal pelo racista (OLOGUNEDÉ *apud* NOGUEIRA, 2020 p. 46).

Como tentam apagar toda a história, a ancestralidade dos negros dentro da religião, fazem isso também com os orixás e entidades, visto que, todos sem exceção são negros. Quando representam Iemanjá ou qualquer outro orixá como branco estão embranquecendo a religião. A umbanda e candomblé são religiões que vieram da África, são religiões que os negros quando escravizados praticavam escondidos, são religiões de origem negra, e querer representar os orixás como brancos é fazer um apagamento da sua cultura e de sua ancestralidade.

O racismo religioso quer matar existência, eliminar crenças, apagar memórias, silenciar origens. É a existência dessas epistemologias culturais pretas que reafirmam a existência de corpos e memórias pretas. É a existência dessas epistemologias pretas que evidenciam a escravidão como crime e o processo de desumanização de memórias existenciais pretas (NOGUEIRA, 2020, p. 63).

Dessa forma, as religiões de matrizes africanas não possuem, de fato, liberdade de exercício, pois seus praticantes são calados, são desestimulados de expor o seu sagrado e ainda tem o apagamento histórico e da ancestralidade que acontece quando ocorre a intolerância religiosa.

Embora haja, historicamente, essa força contrária, as religiões de matriz africana sobrevivem, resistem, mostrando sua força, seu orgulho diante da ancestralidade e das entidades. Os praticantes dessas religiões lutam diariamente para serem respeitados e ouvidos, eles lutam para terem seu espaço, lutam pelo respeito dentro e fora do terreiro. O terreiro resiste todos os dias. Os praticantes se defendem todos os dias, estão ocupando cada vez mais espaços, estão na internet, nas ruas, lutando e desmistificando falsos conceitos que colocam a sua religião como algo ruim. Os umbandistas e os candomblecistas são fortes e jamais serão calados.

# Capítulo 2

# POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO

*A Umbanda é paz e amor*

*Um mundo cheio de Luz*

*É força que nos dá vida*

*E a grandeza nos conduz*

*Avante, filhos de fé*

*Como a nossa lei não há*

*Levando ao mundo inteiro*

*A bandeira de Oxalá*

Hino Umbanda

Neste capítulo estudaremos sobre algumas políticas públicas educacionais que tratam das questões étnico-raciais, sobre a importância dos avanços dessas políticas e os benefícios que elas trazem. Discutiremos sobre em que momento as leis começam a tratar o racismo como crime e a partir de que ano passa a ser obrigatório falar sobre a história da África nas escolas, falaremos ainda sobre a lei de cotas, seu surgimento e sua importância. Retornaremos também algumas questões de intolerância religiosa, o quanto o preconceito religioso está ligado com o racismo e como a educação pode ajudar a combatê-la.

# 2.1 Políticas públicas que tratam das questões étnico-raciais

A Constituição de 1988 é um marco de reconstrução política e de redemocratização do Brasil após um regime militar. Essa constituição é considerada mais moderna e mais humanizada do que as Constituições anteriores, ela visa os direitos humanos, cultura, educação e saúde, é conhecida por ser uma Constituição cidadã, que devolve aos brasileiros a sociedade democrática, após os anos do Regime Militar. A Constituição de 1988 traz, entre outras, a redemocratização, ampliação da liberdade, direitos e garantias, fim da censura e a lei de combate ao racismo e ao preconceito, que teve uma grande importância, pois foi através dela que o racismo passa a ser um crime, o que gera uma segurança a mais para os negros, visto que perante a lei, a partir de então, eles são protegidos.

A Constituição de 1988 combate ao racismo, dizendo que em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos todos são iguais perante a lei, sem nenhuma distinção, dando ao indivíduo o direito à vida, à liberdade, e à igualdade.

O artigo 3°, no item IV, diz que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é: "promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação", e diz também, na seção II, que o Estado vai proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

O artigo 4° repudia o terrorismo e o racismo, e postula que a prática do racismo se constitui em um crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão.

O artigo 5°, no item VIII, diz que ninguém será privado do direito de professar qualquer crença religiosa.

Com isso, após a Constituição ser criada, fortalecem as discussões sobre o racismo e o preconceito e sobre o que pode ser feito para proteger os negros.

Para que os direitos dos negros sejam respeitados, é importante que todos conheçam a história africana e afro-brasileira para saberem sobre a origem desses povos, que não começa com a escravidão, que é cheia de culturas, costumes, tradições, religiões e fundamentos que hoje fazem parte da nossa vivência. E, através do conhecimento, quebrarem os preconceitos.

 Sales Augusto dos Santos, no livro *Educação anti-racista* (2005)*,* disserta sobre a lei 10.63903 como fruto de uma luta antirracista. Santos diz sobre as reivindicações dos negros e pelo o que eles lutavam: pelo fim da discriminação racial, pela reformulação dos currículos nas escolas, colocando a importância das aulas da história da África e a sua cultura.

A escola possui uma grande responsabilidade pela existência do preconceito racial. Santos diz que ‘’A escola também tem responsabilidade na perpetuação de desigualdade social’’ (2005, p.22). Ela apaga a história dos negros dentro das salas de aula, a partir do momento que ignora ou inferioriza cultura africana e enaltece a cultura europeia.

 Santos (2005) aborda em seu texto que alguns estados e cidades, como Porto Alegre, Aracaju, Belo Horizonte, Distrito Federal, Belém, Salvador, Teresina, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, fizeram leis próprias que regulavam o ensino e que passaram a não adotar livros que traziam ato ou fala racista. Um tempo depois, o então presidente Lula reconheceu a importância das lutas antirracistas e em 2003, sancionou uma lei nacional que inclui, obrigatoriamente, o ensino da História da África na educação brasileira.

Em relação à educação, a lei n° 10.639, de janeiro de 2003, no art. 26-A, diz que

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Ou seja, no ensino fundamental e médio passa a ser obrigatório o ensino sobre a cultura afro brasileira e no calendário escolar e, segundo o artigo 79-B, passa a ser incluído o dia 20 de novembro como o "Dia Nacional da Consciência Negra".

A lei de 2003 é muito importante pois coloca a história da África como pauta de discussão nas escolas, reconhece as lutas antirracistas e dos movimentos negros.

A lei n° 10.639 de 2003 altera a LDB em vigor: “A Lei nº 9.394/96 passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (SANTOS, 2005, p. 32). Esta lei é de extrema importância para a democratização do ensino e representatividade negra.

Em 2012, foi aprovada a lei de cotas, que assegurou que 50 por cento das vagas em instituições federais fossem destinadas a alunos que vieram de escola pública, negros, indígenas e quilombolas. Racoski e Silva abordam sobre as questões étnico-raciais e lei de cotas. Sobre a lei de 2012 dizem que

Lei nº 12.711, originária do PL 73/1999, que além de destinar vagas para a parcela da sociedade com características étnico-raciais, assegurou que pelo menos 50% das vagas de cada instituição seja destinado a alunos oriundos da escola pública. A Lei nº 12.711/2012, conhecida popularmente como a lei das cotas, garantiu que as todas as instituições federais de educação superior e de nível médio técnico, reservem pelo menos 50% das vagas ofertadas nos seus processos seletivos, para estudantes oriundos do ensino público, sendo que destas vagas, 50% devem ser reservadas a estudantes de famílias com renda per capita inferior a 1,5 salário mínimo (RACOSKI; SILVA, 2020, p.8).

Essa lei é muito importante, pois garante às pessoas negras e pardas, que possuem dificuldade financeira, o direito de ingressarem na faculdade. Antes dessa lei, o aluno negro ou pardo poderia ingressar na faculdade participando de processos seletivos juntamente com as demais pessoas (universais), no entanto, as suas chances de entrar eram menores em relação às pessoas brancas, pois as condições financeiras costumavam dificultar o seu acesso ao Ensino Superior.

No Brasil, em termos de legislação, foi a Constituição Federal de 1988, que trouxe o primeiro marco brasileiro em termos de ações afirmativas, que é a garantia de reserva de cargos e empregos públicos às pessoas portadoras de deficiência. Enquanto na área da educação, em termos legislativos, no ano de 1999 foi proposto o projeto de Lei (PL 73/1999) de autoria da deputada Nice Leão, que destinava 50% das vagas das universidades públicas para estudantes que tivessem cursado integralmente a educação básica em escola pública (RACOSKI; SILVA, 2020, p.7)

As cotas são importantes pois, através delas, os alunos pobres, negros, indígenas e quilombolas, que se encontram em situação de exclusão, podem escolher profissões que eram restritas às classes dominantes, mudando sua vida e a vida do país.

Conforme Racoski e Silva (2020), a lei de cotas coloca o negro em uma posição em que possa ter espaço dentro de possibilidades que eram destinadas às pessoas brancas. Historicamente, processos seletivos elitistas faziam com que os mais ricos ficassem cada vez mais ricos e com mais oportunidades e os que mais vulneráveis ficassem cada vez mais pobres, pois sem oportunidades eles não conseguiam sair de onde estavam. A lei de cotas dá a eles uma grande oportunidade de estudarem e terem uma profissão que tradicionalmente não lhes pertencia.

István Mészáros (2005) defende a possibilidade da superação da exploração e da opressão dos menos favorecidos através de mudanças significativas nos processos educativos, contra o domínio e a lógica instituída pelo capital. O autor se coloca contra a visão tendenciosamente elitista que define a educação e a atividade intelectual como possibilidade apenas dos que são designados para “educar” e para governar, em detrimento da maioria, à qual é reservado o papel de objeto de manipulação (RACOSKI; SILVA, 2020, p. 4).

Portanto, com o acesso em instituições de nível superior, em cursos tradicionalmente destinados à elite, os grupos que são excluídos passam a ter possibilidade de mudanças em relação às dimensões do mundo social, econômico, político e cultural do país.

Segundo Racoski e Silva (2020), o elitismo é forte principalmente em cursos de alta demanda, pois alunos que possuem um acesso à educação básica de qualidade e possuem uma boa renda têm condição de estudo melhor e com isso conseguem ingressar na faculdade sem maiores problemas, enquanto que o aluno em situação de vulnerabilidade, sem rede de apoio educacional, não consegue, por isso a lei de cotas vem para tentar democratizar o acesso a esses cursos.

Frente ao histórico social, cultural e educacional, consideramos que a lei das cotas é uma importante política pública na área da educação, pois o seu principal objetivo é promover a igualdade de acesso ao ensino superior e técnico públicos, reduzindo dessa forma o elitismo que sempre esteve presente na seleção dos estudantes, principalmente dos cursos de alta demanda. Tal política pública tem um grande impacto na vida dos estudantes das camadas populares e de alguns grupos étnico-raciais, advindos da educação básica pública, pois muitas vezes a sua formação no ciclo básico não lhes permitia concorrer em condições de igualdade nos processos seletivos com os estudantes advindos das escolas privadas, o que tornava a disputa muito desigual (RACOSKI; SILVA, 2020, p.13).

O acesso às instituições federais é muito importante, grupos que eram excluídos agora podem ter uma chance de trilhar uma carreira que pode trazer mudanças para a sociedade e trazer visibilidade a sua cultura e origem.

 Embora tardios, esses documentos oficiais são avanços decorrentes de reivindicações dos povos de origem africana e seus descendentes. Essas leis foram de suma importância para que haja representatividade, para que os negros e os afrodescendentes possam ser respeitados, porém, além de leis é preciso que ocorra o fortalecimento de movimentos sociais e de lutas antirracistas.

# 2. 2 A intolerância religiosa que persiste apesar das políticas públicas

Apesar do estado ser formalmente laico e da existência de políticas públicas que supostamente protegem os negros e as comunidades afrodescendentes, ainda assim existe muita intolerância racial e religiosa em muitos lugares, desde em casa até no local de estudo e trabalho.

Souza *et al* abordam alguns direitos das religiões de matriz africana e discutem sobre a intolerância religiosa.

O Estatuto da Igualdade Racial e do Combate a Intolerância Religiosa da Bahia (Lei nº 13.183) define como intolerância religiosa “toda distinção, exclusão, restrição ou preferência, incluindo-se qualquer manifestação individual, coletiva ou institucional, de conteúdo depreciativo, baseada em religião, concepção religiosa, credo, profissão de fé, culto, práticas ou peculiaridades rituais ou litúrgicas, e que provoquem danos morais, materiais ou imateriais, atente contra os símbolos e valores das religiões afro-brasileiras ou seja capaz de fomentar ódio religioso ou menosprezo às religiões e seus adeptos” (art. 2º, VII), sem fazer qualquer distinção da origem da referida manifestação (SOUZA *et al*, 2016, p.12).

Em relação à intolerância religiosa, Souza *et al* abordam como identificar a intolerância religiosa, que ocorre através de violências físicas, morais, institucional e simbólica e como a vítima deve se comportar, que é sempre denunciar.

O racismo religioso condena a origem da religião e faz com que os praticantes sofram a intolerância religiosa, mesmo com leis que protegem os negros de racismo, ainda assim está muito longe de acabar e, mesmo com políticas que ajudam e instruem um praticante que sofra intolerância religiosa, ainda assim falta muito para as religiões de matrizes africanas conseguirem seu espaço e serem respeitadas.

# 2.3 A intolerância religiosa na escola

O preconceito, o racismo religioso, as discriminações raciais estão nas escolas também. No livro *Educação anti-racista*,de Eliane Cavalleiro (2005), encontramos relatos de crianças que sofreram racismo dentro da escola e o fato foi velado pelos adultos. Em uma ocorrência de preconceito, quando a professora diz ‘’isso é brincadeira de criança’’, está dizendo que entre crianças não há racismo, e que não existe maldade na criança, que ela faz certos tipos de comentários “brincando”.

As crianças crescem aprendendo com o adulto, quando nascem elas não possuem nenhum tipo de maldade, não enxergam maldade em ninguém, mas assim que começam a ter contanto com o mundo adulto elas passam a reproduzir falas e ações que ouvem e veem em casa etc. As crianças acabam reproduzindo os comportamentos domésticos na escola e na sociedade em geral. Tudo que acontece fora da escola acontece também dentro dela, o que nos faz ver que a criança não nasce racista ou intolerante, ela se torna preconceituosa devido aos adultos com os quais ela convive.

Na escola encontramos o mito da democracia racial. A existência do racismo é negada e não se reconhece o quão prejudicial isso pode ser para os negros quando atitudes racistas são invisibilizadas.

Há quem acredite que apenas os adultos sejam preconceituosos: “O adulto é maduro, e fala muito. Na criança é tudo espontâneo, mas você quase não escuta falar sobre racismo. Mas o adulto, já qualquer coisinha: é porque é negro, porque é preto, então...” (Miriam, merendeira, branca, escola B) (CAVALLEIRO, 2005, p. 72).

As pessoas tentem a acreditar que as crianças não possuem maldade e suas falas preconceituosas são espontâneas e sem malícia. As situações de conflito são tratadas como individuais, questões relativas à personalidade, por exemplo, tal criança foi excluída porque é “chata”, ou se isolou por ser “tímida”, os professores colocam a culpa nessas questões e não percebem como uma questão racial que está sendo velada pelos adultos. Tais problemas são tidos como algo simples que só um pedido de desculpas resolve. Assim, como Cavalleiro diz

O tratamento dado às situações de conflito parece pouco utilizar as reflexões teóricas de combate ao racismo e ao preconceito bem como à discriminação racial no cotidiano escolar. Assim, ofensas, xingamentos e socos ou pontapés são “resolvidos” com um pedido de desculpas ou apenas uma recomendação de um adulto. Os profissionais não sinalizam uma reflexão sobre possíveis fatores que facilitam os conflitos nesse ambiente e não buscam referências em trabalhos científicos ou outros estudos sobre a questão racial (CAVALLEIRO, 2005, p. 77).

 A escola não dá a atenção devida, as professoras tratam como “coisa de criança”, não identificam o racismo e como devem abordar essas situações. Cavalleiro aborda em seu texto questões de suma importância, como relatos de exclusões de crianças negras em atividades em sala de aula e como o preconceito racial está presente nas escolas. Sobre o racismo, ela diz:

Desse modo, o racismo e as práticas balizadoras do sistema de ensino – como a estruturação do currículo escolar e a seleção de material didático – não consideram importante a inserção do debate racial. Além de sua urgência óbvia, o reconhecimento dessa demanda levaria ao ajuste do foco dos trabalhos e das relações nas escolas, a fim de gestar processos de transformação de aspectos negativos do cotidiano escolar, como o alto índice de violência, o abandono escolar, o nível de desenvolvimento insatisfatório e, por extensão, as estruturas sociais violentas e racistas (CAVALLEIRO, 2005, p.82).

A escola precisa identificar o racismo, perceber como a equipe pedagógica lida com ele, dessa forma, deve se atentar às maneiras de relacionamento que existem entre as crianças e contribuir para mudar as atitudes, começando pelas próprias professoras. A mudança inclui também o currículo da escola, o material didático, trazendo a cultura africana e afro-brasileira para conhecimento da criança.

Cavalleiro diz que as professoras responsáveis pela sala de aula distinguem seus alunos por suas características fenotípicas, e que o aluno negro geralmente senta no fundo da sala, com isso, vemos a exclusão que a própria professora faz, ou seja, não só o currículo deve mudar, mas toda a estrutura da escola, pois ela é racista e enquanto isso não for mudado o racismo dentro da escola não será combatido realmente.

Aspectos do cotidiano escolar como currículo, material didático e relações interpessoais são hostis e limitadores de aprendizagem para os(as) alunos(as) negros(as). Nesses espaços, as ocorrências de tratamentos diferenciados podem conduzir, direta ou indiretamente, à exclusão deles(as) da escola, ou ainda, para os(as) que lá permanecem, à construção de um sentimento de inadequação ao sistema escolar e inferioridade racial (CAVALLEIRO, 2005, p.69).

Como consequência, a população negra apresenta os piores indicadores educacionais, como altas taxas de analfabetismo. Segundo Cavalleiro (2005), a taxa de analfabetismo entre brancos é 10,4%, entre pardos 25,2% e entre os negros 25,9%. Ou seja, o número de negros analfabetos ou que abandonam a escola é bem maior que o número de brancos.

 A violência simbólica também é patente na escola, segundo a autora. Por exemplo, quando uma professora leva apenas livros de autores brancos, ou com histórias e músicas somente de origem europeia e exclui totalmente a cultura negra, não mostra e nem fala sobre os orixás, ou sobre artistas e escritores negros etc. ocorre uma violência psicológica, social e moral. “A violência simbólica e concreta revela-se durante o processo de observação do cotidiano escolar, estando presente também na fala dos profissionais da escola” (CAVALLEIRO, 2005, p. 73).

A escola faz com que a criança se sinta sem representatividade, quando não é falado sobre a história e a cultura africana, isso é uma violência simbólica com as crianças negras. Ou seja, é quando na aula se inferioriza a cultura de um determinado grupo, como a dos os negros, e enaltece a cultura europeia, trazendo somente coisas de lá.

A intolerância religiosa segue de mão dada com o racismo, um vídeo do *Jornal Globo,* em 2017, diz como os alunos da religião de matriz africana sofrem o preconceito dentro das escolas. A professora Stela Guedes, do grupo Kéreré, relata casos de crianças que estavam de preceito (rituais que os umbandistas ou candomblecistas devem fazer por 24 horas ou antes de um evento religioso, como raspar a cabeça, não comer carne, não beber bebida alcoólica etc.) e, por isso, as demais crianças começaram a fazer piadas ofensivas. Ela relata também no vídeo que, após o ensino religioso ter se tornado obrigatório, as crianças de religião afrodescendentes passaram a sofrer bem mais, visto que, os professores de ensino religioso são, em sua maioria, católicos ou evangélicos e acabam falando mais sobre essas duas religiões, excluindo as de matriz africana.

O documento *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* aborda sobre a grande importância de se estudar sobre a história afro-brasileira e africana, para ampliar as possibilidades do processo de ensino e trazer conhecimento sobre diferentes culturas. Esse estudo ajuda a entender sobre a cultura e fazer com que o preconceito racial diminua. Segundo o documento,

aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação (BRASÍLIA, 2004, p. 18).

O documento aborda uma consciência política e histórica da diversidade, um princípio que conduz

* à igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos;
* à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história
* ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira
* à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados
* à desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos
* à busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitosas
* ao diálogo, via fundamental para entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociações, tendo em vista objetivos comuns, visando a uma sociedade justa (BRASÍLIA, 2004, p. 19).

Outro princípio enunciado é em relação as ações educativas de combate ao racismo e a discriminações, que encaminha para

* a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana 20 às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade
* a crítica pelos coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores, das representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las
* condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças
* valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura
* educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e a difundi-lo;
* o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira, aos elos culturais e históricos entre diferentes grupos étnico-raciais, às alianças sociais;
* participação de grupos do Movimento Negro, e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial (BRASÍLIA, 2004, p.20).

Com isso, pode-se observar o quanto é complexa a mudança a ser realizada na educação, como é importante ter a compreensão de uma cultura e o quanto isso pode agregar a nossa sociedade para trazer mudanças pois, quando se tem conhecimento, as mentes das pessoas ficam mais abertas para entender e respeitar aquilo que anteriormente desconheciam.

# 2.4 O papel da educação no combate à intolerância religiosa

A escola tem um papel fundamental no combate à intolerância religiosa, visto que é um ambiente no qual a criança fica por muito tempo e é onde ocorre o processo de socialização. Nesse processo, as crianças vão aprender, além dos conteúdos, a enxergar o outro e a respeitar todos independente de sua crença, cor e cultura. Quando dentro da escola se fala sobre a cultura africana, sobre a história do negro, além de trazer representatividade para as crianças negras, se proporciona conhecimentos para todas as crianças, independente de cor, raça ou etnia.

 A educação por sua vez, transmite conhecimentos indispensáveis que direcionam o sujeito a integrar-se de maneira eficaz em sociedade. É importante ressaltar que a religião apesar de transmitir valores éticos e morais também é considerada como um fenômeno complexo. O fundamentalismo religioso conservador, tem como justificativa os constantes casos de intolerância e violência religiosa (SIMÕES, 2017, p.1)

Simões (2017) aborda que a escola tem o papel importante de combater a intolerância religiosa e racial, pois é dentro dela que as crianças terão um conhecimento transformador. Segundo a autora, é preciso que o currículo seja mudado, para que dentro das salas de aula possa se falar mais da cultura africana, é preciso que a equipe de professores se mantenha informada para ensinar os alunos. Se um professor não aborda as diversas culturas, estará silenciando a cultura da África e mantendo a predominância da cultura europeia, colocando os brancos em uma situação de superioridade.

A escola, por via de regra, é uma instituição capacitada pra educar. A escola é um lugar de convivência com a diversidade. A não abordagem dessa questão pode resultar em negligência sob os aspectos históricos e a realidade social, assim como a utilização de metodologias tradicionais ou ultrapassadas (SIMÕES, 2017, p. 2).

Com isso, é preciso que a escola trabalhe a religião e a cultura africana, ela precisa mostrar que existem culturas, religiões e credos diferentes, é preciso que a escola lide com a diversidade sociocultural e ensine as crianças que elas possuem uma forma de ser e que existem outras crianças diferentes – e que é necessário que haja respeito entre os diferentes. O papel da educação é ajudar e guiar para que essa diversidade seja aceita e para contribuir com a construção de um mundo que seja um lugar livre para as crianças trocarem suas experiências, sejam religiosas ou culturais.

 A prática da democratização e os saberes dentro do âmbito escolar precisam envolver os alunos na intenção que cada um assuma seu papel em sociedade. A escola precisa trabalhar e lidar com a diversidade seja ela religiosa ou não. Reconhecer as diferenças socioculturais é abrir caminhos para aprender a lidar com o desconhecido. A educação em sua essência vai muito além de um mero conhecimento. A educação capacita o indivíduo a viver em sociedade (SIMÕES, 2017, p. 2)

Para que isso aconteça, é necessário que se desenvolva um novo currículo, que inclua a cultura africana, inclusive as religiões que se originam dessa cultura. É importante que o educador aborde o assunto de forma clara e respeitosa com os alunos, respeitando sempre a cultura e a religião de todos.

Neste sentido é importante também que o sistema educacional leve em consideração que a religião é um dos elementos culturais presentes na prática cotidiana de grande parte dos seres humanos. No entanto, para que todo esse processo aconteça, a partir de temas transversais, busca-se a construção da realidade social e direitos que correspondem a questões importantes nessa coletividade, ou seja, é preciso que a escola esteja voltada para o aspecto humano e social. Nessa perspectiva, observa-se também que seja necessário a renovação dos conteúdos pedagógicos (SIMÕES, 2017, p. 3).

Dessa forma, com esse ensinamento estará criando um combate a intolerância religiosa e preconceitos raciais.

No documento *Orientações e Ações para a Educação das relações Étnico- Raciais* (BRASÌLIA, 2006), logo na introdução, Cavalleiro (2006) diz sobre a responsabilidade histórica que carregamos desde do tempo em que começou a escravidão, e diz que o Estado precisa operacionalizar as resoluções de Durban[[4]](#footnote-4), principalmente as voltadas para a educação. São elas:

* Igual acesso à educação para todos e todas na lei e na prática.
* Adoção e implementação de leis que proíbam a discriminação baseada em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica em todos os níveis de educação, tanto formal quanto informal.
* Medidas necessárias para eliminar os obstáculos que limitam o acesso de crianças à educação.
* Recursos para eliminar, onde existam, desigualdades nos rendimentos educacionais para jovens e crianças.
* Apoio aos esforços que assegurem ambiente escolar seguro, livre da violência e de assédio motivados por racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.
* Estabelecimento de programas financeiros para capacitar todos os estudantes, independentemente de raça, cor, descendência, origem étnica ou nacional a frequentarem instituições educacionais de ensino superior (CAVALLEIRO, 2006, p. 21).

As religiões de matriz africana fazem parte de uma cultura ancestral do nosso país, que foi trazida há muito tempo pelos africanos e que se encontra em permanente mudança. A umbanda e o candomblé são religiões que falam sobre resistência, elas vivenciam uma luta constante para que os seus adeptos sejam respeitados. Por isso é importante que a escola traga ensinamentos sobre a ancestralidade negra.

A religião, aspecto fundamental da cultura humana, é emblemática no caso dos(as) negros(as) africanos(as) em terras brasileiras. Por meio desse ímpeto criativo de sobrevivência, pode-se dizer que a população negra promoveu um processo de africanização de religiões cristãs (LUZ, 2000) e de recriação das religiões de matriz africana. Cabe, portanto, ligar essas experiências ao cotidiano escolar. Torná-las reconhecidas por todos os atores envolvidos com o processo de educação no Brasil, em especial professores/as e alunos(as). De outro modo, trabalhar para que as escolas brasileiras se tornem um espaço público em que haja igualdade de tratamento e oportunidades (CAVALLEIRO, 2006, p. 22).

Quando não é falado sobre a cultura negra e sobre o preconceito racial dentro da escola, esse silenciamento contribui para que essa estrutura racista não acabe. Quando o professor não toca no assunto quando vê um caso de discriminação racial dentro da sua sala, ele estará sendo conivente com essa atitude. O silenciamento jamais será uma opção para desmitificar a intolerância religiosa e o racismo. O professor além de falar sobre o assunto, deve também mudar suas atitudes e mudar todo o processo de ensino. Segundo Cavalleiro,

É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar. É necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito. Nesse ponto, deparamo-nos com a obrigação do Ministério da Educação de implementar medidas que visem o combate ao racismo e à estruturação de projeto pedagógico que valorize o pertencimento racial dos(as) alunos(as) negros (CAVALLEIRO, 2006, p. 21).

Todos os profissionais da educação devem participar dessa mudança, tanto no desenvolvimento do currículo quanto em relação às posturas dentro da sala de aula. Cavalleiro diz que o *Plano de Ação para a Inserção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais* tomou como base os seguintes princípios de mudança:

* Socialização e visibilidade da cultura negro-africana.
* Formação de professores com vistas à sensibilização e à construção de estratégias para melhor equacionar questões ligadas ao combate às discriminações racial e de gênero e à homofobia.
* Construção de material didático-pedagógico que contemple a diversidade étnico-racial na escola.
* Valorização dos diversos saberes.
* Valorização das identidades presentes nas escolas, sem deixar de lado esse esforço nos momentos de festas e comemorações (CAVALLEIRO, 2006, p. 24).

Esses princípios proporcionam uma mudança para o currículo, trazendo visibilidade à cultura afrodescendente e com isso fazendo uma construção no saber do professor. É necessário colocar a cultura negra em pé de igualdade com as demais, valorizando-a, tratando da grandiosidade da sua cultura, que inclui suas religiões, suas danças, e suas músicas.

Dessa forma, é de suma importância compreender, valorizar e respeitar os processos dos antepassados que promoveram a resistência negra, tanto dos africanos quanto dos seus descendentes no Brasil. É necessário, para uma educação antirracista, ser sempre solidário e sensível as causas pelas quais os negros lutam e lutar junto deles para que haja respeito e valorização de sua cultura e identidade. É preciso que os professores dentro de sala de aula possam corrigir de forma respeitosa e clara comentários racistas e discriminatórios.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intolerância religiosa e o racismo estão interligados, pois as religiões de matriz africana vêm dos povos africanos, negros que foram escravizados no Brasil colonial. Essas religiões se tornaram mais fortes através dos escravos, que as praticavam escondidos, e já naquela época eram alvo de intolerância religiosa. Além do preconceito com o sobrenatural, ainda existe uma forte dominância do racismo. O racismo é o grande pilar da intolerância religiosa e tudo que está fora do colonialismo e que está ligado a cultura não europeia é discriminado.

 O racismo é a grande causa da intolerância com as religiões de matriz africana, ele tenta excluir tudo que vem da cultura dos africanos, tenta fazer o apagamento da religião e principalmente de toda a ancestralidade, o legado dos antepassados, as tradições dos povos negros. A intolerância religiosa evidencia as agressões e o preconceito que o povo negro sofre, a religião é um símbolo de luta, de ancestralidade, de resgate das origens e principalmente de louvor às entidades e aos orixás que são negros.

As escolas precisam identificar o racismo, perceber como a equipe pedagógica lida com ele, dessa forma, deve se atentar às maneiras de relacionamento que existem entre as crianças e contribuir para mudar as atitudes, começando pelos próprios professores. A mudança inclui também o currículo da escola, o material didático, trazendo a cultura africana e afro-brasileira para conhecimento da criança.

 As principais conclusões do estudo são que as religiões de matrizes africanas não possuem, de fato, liberdade de exercício, pois seus praticantes são calados, são desestimulados de expor o seu sagrado e ainda tem o apagamento histórico e da ancestralidade que acontece quando ocorre a intolerância religiosa, e que embora haja, historicamente, essa força contrária, as religiões de matriz africana sobrevivem, resistem, mostrando sua força, seu orgulho diante da ancestralidade e das entidades. Os praticantes dessas religiões lutam diariamente para serem respeitados e ouvidos, eles lutam para terem seu espaço, lutam pelo respeito dentro e fora do terreiro. O terreiro resiste todos os dias. Os umbandistas e os candomblecistas são fortes e jamais serão calados.

Sobre as políticas públicas, esses documentos oficiais são avanços decorrentes de reivindicações dos povos de origem africana e seus descendentes. As leis analisadas neste trabalho foram de suma importância para que haja representatividade, para que os negros e os afrodescendentes possam ser respeitados, porém, além de leis é preciso que ocorra o fortalecimento de movimentos sociais e de lutas antirracistas, é importante ter a compreensão de uma cultura e o quanto isso pode agregar a nossa sociedade e trazer mudanças, pois quando se tem conhecimento, as mentes das pessoas ficam mais abertas para entender e respeitar aquilo que antes desconheciam. O preconceito contra as religiões de matriz africana é recorrente no Brasil e é fundamental conhecer a origem da intolerância em relação a essas religiões. Existe uma relação entre o preconceito racial desenvolvido historicamente e a intolerância religiosa.

A partir do estudo, podemos ver o quanto é importante conhecer e valorizar a cultura do povo negro, o quanto as religiões de matriz africana têm a nos ensinar e principalmente de trazer com ela toda a ancestralidade.

A umbanda não é uma religião ruim, ela não faz mal a ninguém, ela não cultua o demônio e muito menos merece ser calada. O que acontece é que existem pessoas ruins dentro da religião que acabam manchando o nome da verdadeira umbanda, mas jamais a religião em si é algo que faz maldade. É uma religião totalmente ligada a solidariedade com o próximo. O seu culto se dá através das origens dos povos africanos e merece todo o respeito do mundo. A intolerância religiosa, o preconceito racial deve ser acabado o mais rápido possível, para que haja de fato um país livre e democrático.

Escrever essa monografia para mim foi muito importante, primeiro por eu ser da religião, e segundo de poder trazer à tona assuntos que estão bastante presentes dentro da nossa sociedade, e de poder contribuir e ajudar de alguma forma a desmitificar falsos conceitos sobre a religião e de que forma, eu, como futura pedagoga umbandista, poderei, daqui uns anos, contribuir para o fim do preconceito racial e religioso dentro e fora das escolas.

# REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998.** Presidência da República. Casa Civil. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Presidência da República. **Diretrizes Curriculares Nacionais para aa Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de história e cultura afro-brasileira.** Brasília, 2004

BRASIL. Presidência da República. **Lei N. 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Casa Civil, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei N. 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>.

BRASÍLIA, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, outubro, 2004.

BRASÍLIA. Ministério da Educação**. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**, 2006.

BUONICORE, Augusto**.** Racismo e colonialismo modernos, **Diário Vermelho**. Abril, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane et al, Educação antirracista, **Caminhos abertos pela lei** federal 10.636. Brasília, 2005

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: BRASÍLIA, Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das relações étnico-raciais**. Brasília, 2006.

CROCHIK, José**.** Preconceito, Indivíduo e Sociedade**. Temas de psicologia**, Ribeirão Preto, v. 4, n.3, p. 47 – 70, 1996

EXTRA. Datafolha: 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião. **Extra Notícias.** 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/datafolha-50-dos-brasileiros-sao-catolicos-31-evangelicos-10-nao-tem-religiao-24186952.html>. Acesso em: 26 mai. 2022.

JORNAL O GLOBO. Intolerância religiosa nas escolas**.** 2017. Disponível em: <https://youtu.be/XmvhMvcBkgk>. Acesso em :30 mar. 2022

G1. Homem sofre intolerância religiosa em delegacia ao denunciar que foi vitima desse crime. Disponível em <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/03/07/homem-sofre-intolerancia-religiosa-em-delegacia-ao-denunciar-que-foi-vitima-deste-tipo-de-crime-diz-federacao-de-umbanda-em-goias.ghtml> .Acesso em 9 mar. 2022

GOMES, Nilma. Educação antirracista, **Caminhos abertos pela lei** federal 10.636. Brasília, 2005

HERSKOVITS, Melville. O problema do relativismo cultural. In: **Respeito à diferença – Uma introdução à Antropologia.** Brasília: UnB, 1999, pp. 7-26.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/0>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/0>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/0>. Acesso em: 25 nov. 2021.

NOGUEIRA, Sidinei. Intolerância Religiosa, **Feminismos Plurais**, São Paulo, 2020.

PRADO, Caio Junior. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural. **Revista Extraprensa**. v. 11, n. 2, p. 175 -x, jan./jun. 2018. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148025> >. Acesso em: 13 out. 2021.

RACOSKI, Marcia. SILVA. Emerson. O sistema de cotas para o ingresso na educação superior publica: Qual a importância e por que pesquisar? **Revista Pedagógica**. v. 22, p. 1 -17, 2020.

SANTOS, Augusto. Educação antirracista, **Caminhos abertos pela lei** federal 10.636. Brasília, 2005

SANTOS, Diego Junior da Silva *et al*. Raça versus Etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press J Orthod.** v.15, n. 3, p.121 - 124, mai./jun., 2010.

SIMÕES, Anélia. A educação como recurso no combate a intolerância religiosa. **Revista In Totum**. v. 4, n. 2, p. 1 -4, 2017.

SOUZA *et al****.*** Direito das religiões Afro-brasileiras. **Um povo, varias crenças.** Bahia, 2016.

VIANNA, Nildo. **Capitalismo e Questão Racial**. 1° edição. RJ. 2001. P. 22 a 33, 67 a 71. Acesso em: 10 set. 2021.

VON HUNTY, Rita. Racismo Reverso, BBB e outras Ficções. **Tempero Drag**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TWAJEeIx8VY>. Acesso em: 25 nov. 2021

1. Exu é um orixá e entidade guardião, protetor. As pessoas possuem medo do exu, por acharem que ele seja equivalente ao “diabo” e que faz maldade. [↑](#footnote-ref-1)
2. Kardecismo é uma doutrina criada por Allan Kardec, seus adeptos acreditam em reencarnação, vida após a morte e manifestação de espíritos. [↑](#footnote-ref-2)
3. Trataremos mais sobre esse assunto no capítulo 2. [↑](#footnote-ref-3)
4. Em Durban, na África do Sul, aconteceu a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, realizada de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, o Estado brasileiro é signatário da Declaração e do Plano de Ação resultantes desta conferência. [↑](#footnote-ref-4)